

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-SETOR LITORAL

LIDIANE MARTINS RODRIGUES DE SOUZA

**A experiência de trabalho no Projeto Conviver desenvolvido na Secretaria
de Educação do município de Matinhos – PR**

MATINHOS

2019

LIDIANE MARTINS RODRIGUES DE SOUZA

**A experiência de trabalho no Projeto Conviver desenvolvido na Secretaria
de Educação do município de Matinhos – PR**

Artigo apresentado à Universidade federal do Paraná – Setor Litoral como requisito parcial para a obtenção de grau de Especialista em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Lucinda de Oliveira

MATINHOS

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela orientadora Professora **Dra. Adriana Lucinda de Oliveira**, realizaram em 03 de agosto de 2019 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **Lidiane Martins Rodrigues de Souza**, sob o título "A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NO PROJETO CONVIVER DESENVOLVIDO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS - PR", sendo quesito parcial para obtenção do Título de *Especialista no Curso de Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar*, pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

Matinhos, 03 de agosto de 2019.

Dra. Adriana Lucinda de Oliveira
Professora Orientadora

Dra. Ane Bárbara Voidelo
Professora Integrante

Dr. Antonio Sandro Schuartz
Professor Integrante

Lidiane Martins Rodrigues de Souza
Estudante

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

A experiência de trabalho no Projeto Conviver desenvolvido na Secretaria de Educação do município de Matinhos – PR

Lidiane Martins Rodrigues de Souza

RESUMO

Este artigo tem por objetivo relatar e publicizar o desenvolvimento do Projeto Conviver com alunos/as das escolas Municipais de Matinhos, executado pela assistente social e psicóloga atuantes na Secretaria de Educação municipal. O referido projeto realiza ações voltadas as crianças/adolescentes e famílias, com dificuldade de convivência familiar e comunitária encaminhados ao Serviço Social da Educação. A sistematização do processo de participação no projeto reitera a importância de um trabalho conjunto com as famílias na perspectiva da construção de uma relação dialógica e de parceria, bem como no combate a estereótipos e situações de violência.

Palavra Chave: Projeto Conviver, Política de Educação, Indisciplina.

ABSTRACT

This article aims to report and publicize the development of the Conviver Project whit students from Matinhos Municipal Schools, executed by the social worker and psychologist working at the Municipal Education Secretariat. The referred project carries out actions aimed at children/adolescents and families, whit difficulties in family and community life referred to the Social Education Service. The systematization of the process of participation in the project reiterates the importance of working together with families in the perspective of buindig a dialogical and partnership relationship, as weel as in combating stereotypes and situations of violence.

Keyword: Conviver Project, Education Policy, Indiscipline, Social.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é proveniente dos estudos do trabalho de conclusão dos cursos de graduação (TCC) em Serviço Social (SOUZA, 2017) e do curso de especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar. Tem como objetivo sistematizar e publicizar as ações desenvolvidas no Projeto Conviver, qual tem o público alvo os alunos/as das escolas

Municipais de Matinhos e é conduzido pela assistente social e pela psicóloga que atuam na Secretaria Municipal de Educação. Para tanto iniciamos resgatando o processo de inserção do Serviço Social na política de educação, especificamente na Secretaria Municipal de Educação de Matinhos – PR. Na sequência apresentamos o Projeto Conviver, proveniente da análise das principais demandas encaminhadas ao Serviço Social da Educação de Matinhos. Focamos o debate nas observações advindas da oportunidade de acompanhamento e observação participante no projeto, desenvolvido na Escola Wallace Tadeu de Mello e Silva. O projeto compreende um processo de escuta qualificada e reuniões com as crianças, adolescentes e familiares envolvidos em situações de bullying, violência, conflitos e dificuldades de convivência na escola. As considerações finais reiteram a importância da publicização de relatos de experiências profissionais, na perspectiva de fortalecer a defesa da atuação do Serviço Social na Política de Educação dos municípios, bem como a busca constante de um trabalho de parceria e diálogo com as famílias.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM MATINHOS-PR

O Serviço Social na política de educação no Brasil vem sendo inserido timidamente desde o surgimento da profissão. Segundo Amaro (2012) afirma que o pioneiro desta inserção foi o estado do Rio Grande do Sul em 1946, sendo implantado como serviço de assistência, intervindo em situações escolares consideradas como desvio, defeito ou anormalidade social. Deste modo, a ação do/a assistente social era voltada à adaptação dos/as alunos/as e ao equilíbrio social da comunidade escolar. Segundo CFESS, atualmente o/a assistente social desenvolve técnicas profissionais como:

Pesquisa de natureza socio-econômica e familiar para caracterização da população escolar, elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania, participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública, articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades,; realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio - familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente,; elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas

onde existam classes especiais,; empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço social. (CFESS, 2001, p.13).

Sendo assim, espera-se que o/a assistente social atue não apenas nas soluções ou no enfrentamento das situações de conflito, mas principalmente na prevenção das mesmas, sendo um agente propositivo e defensor dos direitos sociais no interior das instituições de ensino, bem como que um profissional que contribua para a ampliação do conhecimento sobre os direitos e deveres das crianças, adolescentes e responsáveis. Concebe-se a escola como um espaço institucional constituído por educadores e educandos, que visa o entendimento e compreensão sobre valores sociais e éticos, formando cidadãos que busquem uma sociedade justa e igualitária para todos e sem preconceitos. A escola é a instituição mais presente no cotidiano familiar, tendo uma participação de extrema importância no processo de socialização das crianças e adolescentes. É na escola que a maioria das crianças e adolescentes apreendem sua condição de sujeitos de direitos perante a sociedade. Nessa perspectiva, a atuação do Serviço Social nas escolas tem sido demandada, apesar de todos os retrocessos e ataques vivenciados à política pública de educação.

O Serviço Social na Política de Educação no Município de Matinhos - Paraná foi inserido em 2013, seu objetivo em primeiro momento era de orientar os familiares os direitos e deveres dos/as alunos/as, viabilizar estratégias para que as famílias conduzissem os/as alunos/as até a escola, realizar encaminhamentos para outros equipamentos quando necessário e essencialmente trazer as famílias para dentro da escola de forma participativa tanto com o seu familiar inserido na escola mas também com meio escolar, considerando que muitas famílias não se sentem pertencentes para dentro dos portões da escola, mesmo que tenha um membro de sua família neste meio.

Em 2016 o cargo de assistente social na Política de Educação foi assumido por outra profissional, que passou a defender que na educação, o Serviço Social deve atuar preventivamente, realizando estratégias para que o risco não aconteça. Deste modo, a referida profissional passou a promover um trabalho com foco na relação de afetividade, respeito, orientação, tendo como fundamento os direitos, deveres e atribuições da família e da escola. Franco reitera essa perspectiva ao considerar que:

A atuação do assistente social no campo da educação é compreender e refletir a prática social no cotidiano, sua atuação nos problemas sociais. O objeto de trabalho desse Profissional é a operacionalização de políticas sociais enquanto bens e serviços para satisfazer as necessidades básicas da vida das classes populares da sociedade diante dos reflexos da *questão social* presentes na contemporaneidade, traduzidos em expressões das desigualdades sociais. (FRANCO, 2014, p.65).

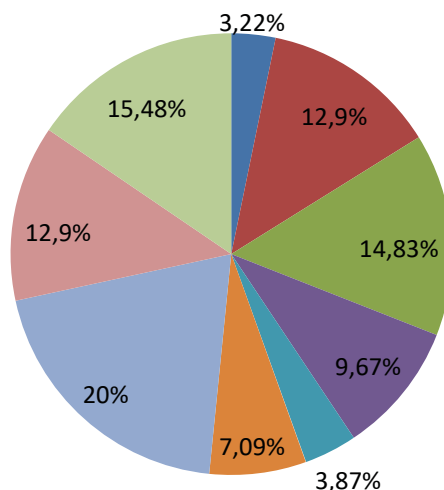
Em 2017 foi realizada a sistematização dos dados sobre a inserção da atuação do Serviço Social no Município de Matinhos. Através do levantamento de informações pode-se identificar algumas demandas mais explícitas no cotidiano escolar, dentre elas a “infrequência escolar”. Diante o exposto foi elaborado o “Projeto Redução da Infrequência Escolar”, executado em um Centro Municipal de Educação Infantil. Este projeto teve como objetivo reduzir o número de infrequência escolar, através do acompanhamento e orientações aos familiares dos/as alunos/as sobre os direitos e deveres da criança, orientações as educadoras sobre ações aplicadas para a redução da infrequência e viabilização de estratégias para o fortalecimento de vínculo da escola com a família por meio de ações, reuniões, projetos e outros.

Objetivando compreender e identificar as demandas postas ao Serviço Social na política de educação, foi realizado o levantamento de dados dos registros de encaminhamentos ao Serviço Social advindos das escolas municipais, que possibilitou a visualização das principais dificuldades identificadas nas escolas (PRATES, 2017).

O Gráfico 1 demonstra de forma quantitativa todas as solicitações de atendimentos das escolas municipais e Centros Municipal de Educação Infantil do município.

GRÁFICO 01: Quantitativo de solicitação de atendimentos encaminhado por cada Escola e Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).

QUANTITATIVO DE SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO - CONFORME ESCOLAS E CMEIs



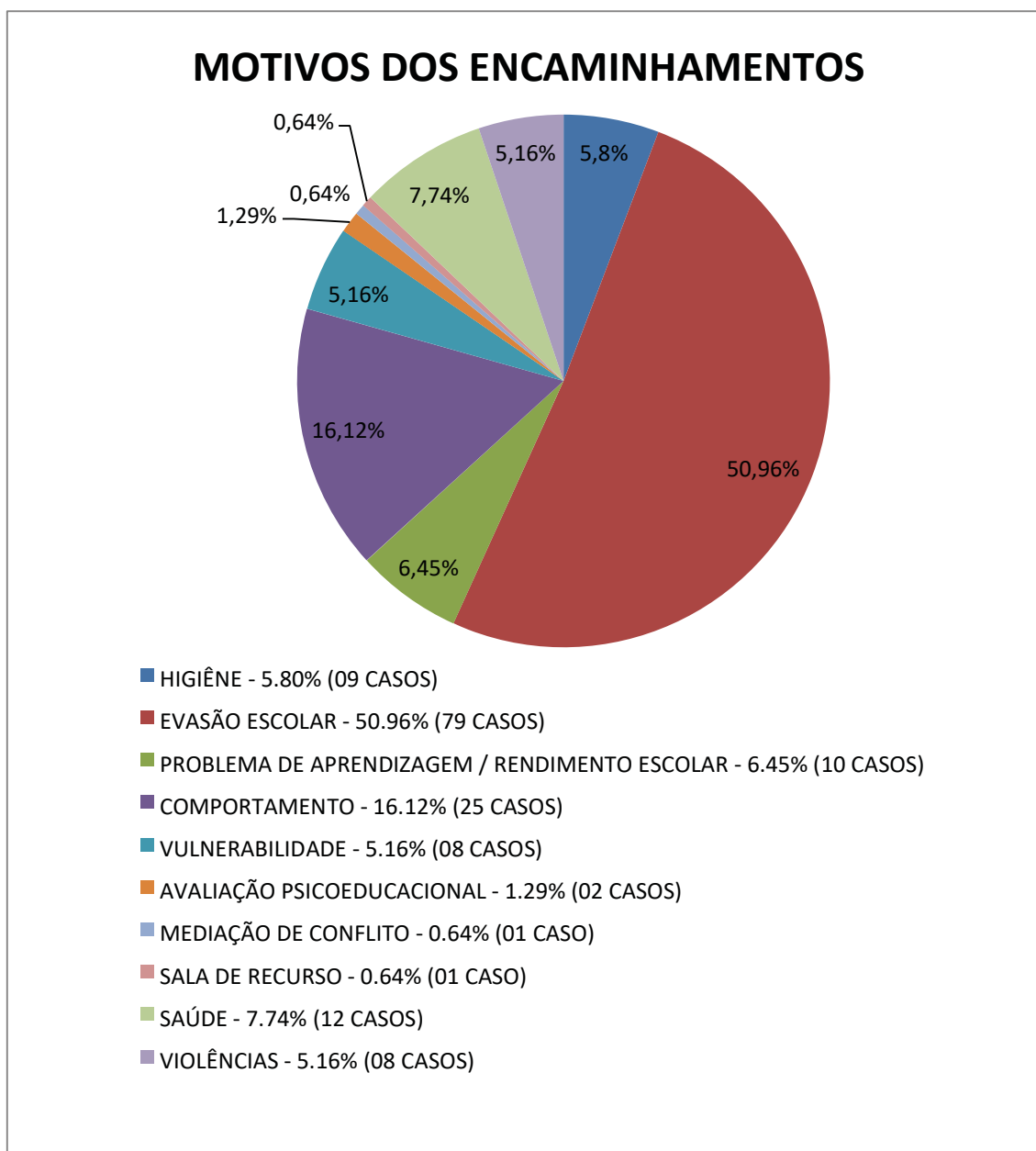
- ESCOLA MUNICIPAL CAETANA PARANHOS - 3.22% (05 CASOS)
- ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR. - 12.90 % (20 CASOS)
- ESCOLA MUNICIPAL PASTOR ELIAS ABRAÃO - 14.83% (23 CASOS)
- ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO - 9.67% (15 CASOS)
- ESCOLA MUNICIPAL LEOCÁDIA - 3.87% (06 CASOS)
- ESCOLA MUNICIPAL OITO DE MAIO - 7.09% (11 CASOS)
- ESCOLA MUNICIPAL LUIZ CARLOS DOS SANTOS - 20% (31 CASOS)
- ESCOLA MUNICIPAL WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA - 12.90% (20 CASOS)
- CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (TODOS) - 15.48% (24 CASOS)

FONTE: PRATES (2017)

As escolas que se destacaram em números de atendimentos foram as que possuem maior extensão e número de alunos, sendo 3 escolas localizadas em bairros mais distantes da região central da cidade sendo: Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos – 31 solicitações – 20% do total de solicitações; Escola Municipal Pastor Elias Abraão – 23 solicitações – 14,83% do total de solicitações; e Escola Municipal Francisco dos Santos Jr. – 20 solicitações – 12,90% do total de solicitações e a Escola Municipal Wallace Thadeu de Mello e Silva – 20 solicitações – 12,90% que está localizada no Centro de Matinhos.

O segundo gráfico destaca os motivos de atendimentos realizados pelas escolas.

GRÁFICO 02: Principais motivos dos encaminhamentos.



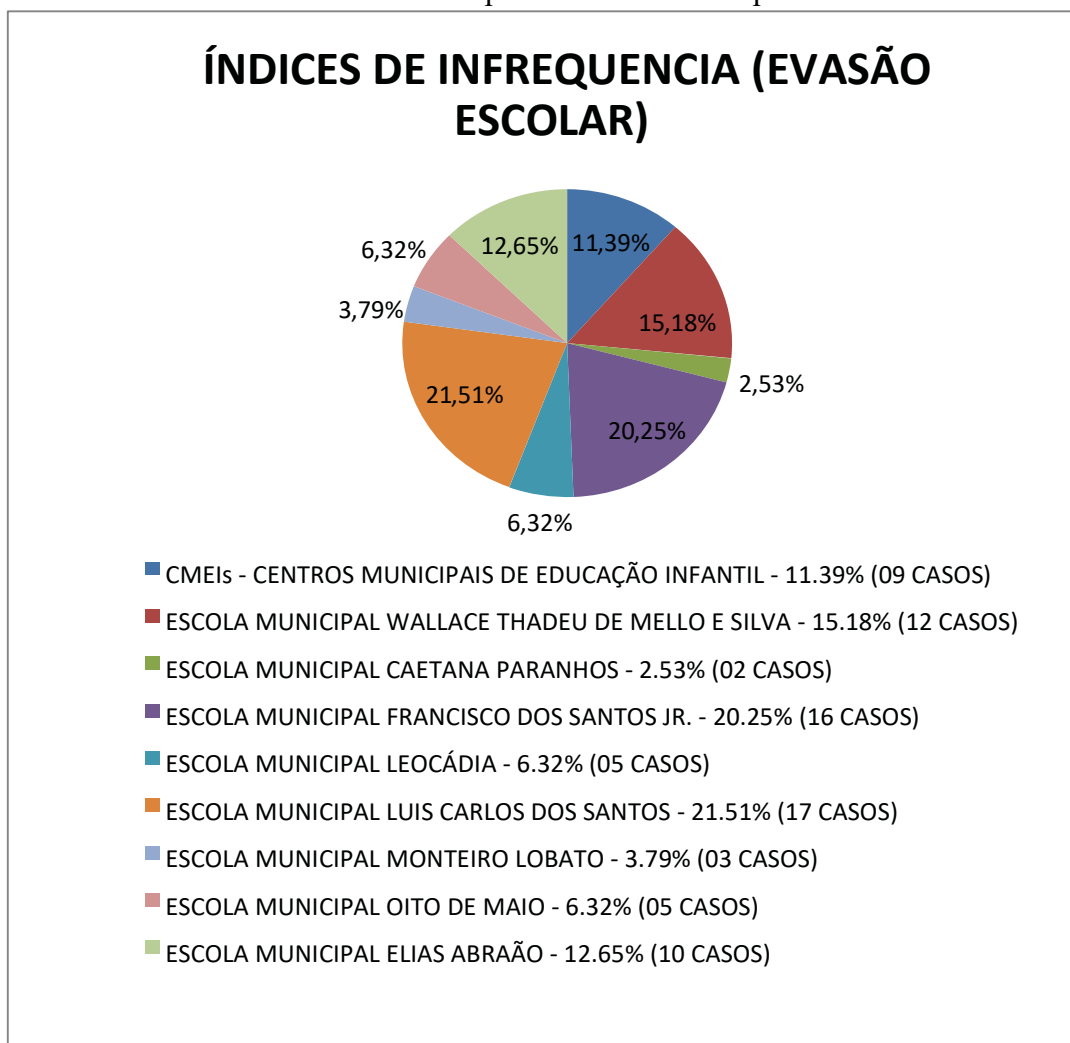
FONTE: PRATES (2017)

Dentre os encaminhamentos realizados pelas escolas os três motivos de encaminhamentos que mais se destacaram foram a *Evasão Escolar* 50,96% totalizando 79 encaminhamentos, *Dificuldades com o comportamento do/a estudante* 16,12% totalizando 25 encaminhamentos e *Situações envolvendo a Saúde dos/as alunos/as* 7,74% totalizando 12 encaminhamentos. Segundo França (2019), os motivos que estimulam a evasão escolar são desinteresse escolar, transtornos ou dificuldades de aprendizagem, necessidade de trabalhar, falta de estímulo familiar, questões de saúde, dificuldades ao acesso à instituição, entre outros. Quando é averiguado que o/a aluno/a está com infrequência escolar é importante que tenha um diálogo com o/a aluno/a e com a família, para que seja possível entender os motivos das faltas,

e juntos possam buscar as soluções para a reversão dessa situação, assegurando o direito do/a aluno/a à educação, deste modo prevenindo uma futura evasão escolar.

Conforme gráfico 2 percebe-se que a evasão escolar tem maior número de encaminhamento, diante o exposto foi sistematizado o índice de evasão escolar por escola municipal.

Gráfico 03: Índice de evasão escolar por escola do município.



FONTE: PRATES (2017).

A partir dessa sistematização, algumas proposições foram feitas. Entre elas destacamos o início de um trabalho mais direcionado em 3 escolas, sendo Elias Abraão, Luís Carlos dos Santos e Wallace Thadeu de Mello e Silva, considerando a concentração de situações relacionadas a dificuldades de convivência familiar e comunitária, demonstrando na escola dificuldade de socialização, “indisciplina” e violência. Desta forma, nasce o *Projeto Conviver* que desde o início conta com o envolvimento da assistente social e de uma psicóloga.

A ATUAÇÃO DO PROJETO CONVIVER

O projeto Conviver teve seu início em 2018, tendo como objetivo geral ofertar atendimento nas áreas de Psicologia e Serviço Social, às crianças/adolescentes e famílias, com dificuldade de convivência familiar e comunitária, garantindo assim seus direitos sociais previstos na legislação específica vigente. Os objetivos específicos são: oportunizar um acompanhamento contínuo para as crianças com dificuldades de socialização tendo a família participante; diminuir o quantitativo de encaminhamentos/atendimentos por situação de “indisciplina”; contribuir para a melhoria dos relacionamentos dentro e fora da escola, intensificar e fortalecer o direito a convivência familiar e comunitária.

No princípio foram elencadas 3 escolas para o desenvolvimento da proposta. A estratégia utilizada foi a formação de grupo de no máximo 10 crianças por escola. Os grupos formados foram alicerçados no convívio social semanal na própria escola ou na secretaria municipal de educação (conforme a disponibilidade ou necessidade).

As escolas que aderiram ao projeto foram: Escola Municipal Wallace Tadeu de Mello e Silva, Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos e Escola Municipal Elias Abrahão. As reuniões transcorreram semanalmente nas escolas em salas disponibilizadas pela direção escolar.

O projeto possibilita um atendimento direcionado a essas crianças, na perspectiva de desmistificar rótulos como “indisciplinado”, “difícil”, “bagunceiro” ou ainda diagnósticos sem o conhecimento técnico específico como hiperativo, disléxico, que são com frequência denominados pela equipe das escolas. O projeto parte do princípio da necessidade de uma compreensão ampliada da realidade da criança (convívio familiar, processo de aprendizagem, condições socioeconômicas, território onde residem).

O Projeto Conviver atua no coletivo com as crianças/adolescentes, e as orientações com os familiares são realizadas coletivamente sem expor os alunos e seus familiares. As famílias são orientadas para que estas sejam participantes dos processos de desenvolvimento de seus filhos e agentes multiplicadores, inclusive colaborando com a escola, no sentido de repassar as orientações recebidas, incentivando os profissionais da escola a se engajarem nestes processos de ensino-aprendizagem biopsicossocial das crianças/adolescentes com dificuldades mais acentuadas no relacionar-se.

A família é a base do indivíduo, na qual a criança deve crescer e se desenvolver aprendendo a respeitar, a conviver e a compreender o espaço do outro. É a partir desse acompanhamento familiar que se forma um alicerce favorável para educar os filhos, em parceria com a escola, para formar cidadãos em plena condição de viver em plena sociedade. Não podemos dizer que estamos diante de uma família apenas quando esta

é constituída por pai, mãe e filhos ou por laços consanguíneos ou afetivos, mas pela necessidade que cada uma tem de ser aceita pela sociedade. (COUTINHO, RIBEIRO, BARRETO. 2014. P.95)

As famílias têm que serem respeitadas sem serem julgadas ou rotuladas como “desestruturadas” devida a sua composição ou modo de vida, independente se são formadas por apenas laços sanguíneos ou não, por famílias monoparentais ou por casal homoafetivo entre outros arranjos familiares.

Este projeto é referenciado a partir dos direitos consolidados referentes às crianças e adolescentes previstos no ECA e demais legislações na área da proteção à infância. O ECA diz em seu artigo 53 que “a criança e ao adolescente têm direito à educação visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania”, e no artigo 70 diz que “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”. Conforme os artigos mencionados são efetuadas estratégias de ação na perspectiva de proteger efetivamente as crianças às situações de violência.

As atividades iniciaram através de um convite ao responsável familiar para a primeira reunião de apresentação do grupo, pactuação de participação e autorização de imagem para atividade realizadas pela equipe técnica. Neste encontro pode-se explicar sobre os benefícios objetivados e acordados, e os compromissos de ambas as partes (Equipe técnica, família e crianças/adolescentes). Sendo assim a família foi introduzida no centro das atividades, participantes das ações e convidadas a participar das reuniões uma vez por mês. As escolas inseridas receberam as informações referentes ao funcionamento do grupo e orientações técnicas nas reuniões pedagógicas.

Os instrumentos de trabalho utilizados pelas técnicas são: escuta, conversação, debates a partir de vídeos, jogos, dinâmicas, atividades lúdicas etc. Periodicamente é elaborado um portfólio de cada criança/adolescente com sua auto avaliação e é elaborado pela equipe técnica um parecer trimestral.

Os temas abordados têm sido: solidariedade e cooperação; tolerância, diálogo e paz; conhecimento e sabedoria; gratidão e humildade; honestidade e responsabilidade; amizade e companheirismo; boas maneiras e cidadania; higiene, ordem e saúde; respeito e obediência; coragem e liderança; ecologia e meio ambiente; criatividade, prosperidade e sucesso; sexualidade, sensibilidade e respeito; entre outros.

O intuito do Projeto Conviver é realizar um trabalho efetivo e continuado atendendo as reais demandas dos alunos, famílias e escolas. Tendo a expectativa de reduzir os riscos e conflitos existentes, colaborando para que essas crianças possam vivenciar o direito de

conviver socialmente de forma a contribuir para o seu desenvolvimento saudável. Deste modo se tem a construção de um trabalho de competência analítica, crítica e propositiva, que sai da posição da busca ativa para trabalhar numa perspectiva preventiva. Damásio menciona a importância de o/a assistente social realizar as intervenções por meio dos projetos:

A atuação do assistente social em projetos sociais é de grande relevância, uma vez que esse profissional carrega consigo um conjunto teórico, metodológico e técnico-operativo capaz de compreender a realidade com uma visão crítica e desvelar as demandas, buscando medidas que beneficiem o desenvolvimento social. (DAMASIO,2016, p.10)

Para que o projeto seja efetivado nas escolas é preciso que elas entendam a importância de sua atuação e pactue a sua efetivação no espaço escolar.

Durante o período de agosto a dezembro de 2018 tivemos a oportunidade de acompanhar e contribuir com o desenvolvimento do projeto na Escola Wallace Tadeu de Mello e Silva. O grupo era composto por alunos entre 8 e 14 anos, matriculados entre o 3º e 5º ano, bem como na série especial (aceleração). A série especial ou classe especial é constituída por alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e problemas neurológicos. A dificuldade de aprendizagem não é apresentada apenas por um único “sintoma” (aparente), pois tem estado diretamente relacionada a outras questões do meio escolar, familiar, biológico ou social. Neste grupo apenas dois alunos tinham diagnóstico de Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e o restante ainda estavam na fase de encaminhamentos para consultas com especialistas e exames médicos. Serra-Pinheiro *et al.* Conceitua TOD ou Transtorno Desafiador de Oposição (TDO) como:

Transtorno disruptivo, caracterizado por um padrão global de desobediência, desafio e comportamento hostil. Os pacientes discutem excessivamente com adultos, não aceitam responsabilidade por sua má conduta, incomodam deliberadamente os demais, possuem dificuldade em aceitar regras e perdem facilmente o controle se as coisas não seguem a forma que eles desejam. (SERRA-PINHEIRO *et al.* 2004, p. 273).

A “indisciplina” pode ser demonstrada através de violência, rebeldia, intransigência, negação e desrespeito. Esse tipo de comportamento pode ser uma demonstração de algo que está incomodando esse aluno/a, talvez seja a maneira que ele/a encontrou para chamar a atenção dos que estão a sua volta. É necessário avaliar todo o contexto e vivência dessa criança/adolescente, pois não é possível avaliar seu comportamento apenas pelo aparente, é preciso ter conhecimento de sua história e de suas raízes, desde sua concepção até os dias atuais e do contexto histórico de sua família.

As crianças/adolescentes são convidadas a participarem do projeto e não obrigadas

assim como suas famílias, e é acordado o que for conversado nas reuniões não pode ser falado em outros lugares principalmente fatos que possam expor a vida pessoal do outro. Em primeiro instante pode-se perceber que o projeto dá abertura para que as crianças e adolescente possam ficar a vontade de falar e expressar o que estão sentindo ou fatos que aconteceram durante a semana.

Foi possível identificar que através do projeto eles estavam se conscientizando dos atos incorretos que cometeram, e deste modo foram realizadas orientações de como se portar perante alguma situação de risco ou que colocasse outra pessoa, criança ou adolescente em situação perigosa ou constrangedora. Mesmo com a timidez e vergonha de admitir o erro, ficavam à vontade para expressar os atos cometidos e assim o grupo realizava a análise de todas as saídas ou atitudes que deveriam ser realizadas no caso citado, uma atitude considerada errada pelo grupo, servia de exemplo para os outros, e deste modo era realizada a roda de conversa sem julgamentos e sim com muito aprendizado.

Ficou evidente que a questão do bullying está muito agregada ao cotidiano dessas crianças/adolescentes, tanto elas praticando ou sendo vítimas.

É considerado (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL, 2015)

É praticado no projeto a conscientização de sempre pedir ajuda a um adulto para saírem de situações embaraçosas, de conflitos ou violência com os outros alunos/as, e sempre é reforçado que revidar não é a melhor opção tanto verbal como física.

Esses debates e temas também são pautados nas reuniões familiares. Observamos que apenas as mães e avós comparecem. Segundo os relatos dessas mulheres, cabe a elas a responsabilidade pelo cuidado das crianças e adolescentes e pela relação com a escola. Os homens, pais, padrastos, avós, tios, irmãos mais velhos que também compõem essas famílias, além de se esquivarem de seu compromisso, muitas vezes culpabilizam essas mães/avós pelos atos cometidos pelas crianças/adolescentes. As mães/avós além de cuidar e zelar dessas crianças/adolescentes ainda tem que dar conta de seus afazeres dentro de casa e fora dela, considerando também aquelas que trabalham fora do lar para contribuir em partes no sustento familiar ou tendo que arcar com as despesas sozinhas. Segundo Medeiros e Cintra:

No Século XX, principalmente nos períodos de guerras (I e II Guerras Mundiais), as mulheres tinham que assumir os papéis ditos masculinos, pois os homens

embarcavam para a guerra e às vezes nem voltavam; os que voltavam, muitas vezes encontravam-se sem condições de trabalhar, mutilados e doentes. Assim as mulheres começaram a ampliar suas possibilidades e exercer diversas funções; algumas tiveram que enfrentar trabalhos pesados nas fábricas, além de cuidar dos filhos e da casa, enquanto outras possuíam o próprio negócio deixado pelo marido. Na sociedade contemporânea é possível observar que a mulher possui a mesma dificuldade do passado: conciliar casa, filhos e trabalho. As proporções são diferentes, pois o contexto é diferente, mas o drama muitas vezes permanece igual e o sistema capitalista conchama as mulheres ao trabalho. (MEDEIROS, CINTRA, 2011, p.2)

Nos dias atuais vemos mulheres se desdobrando para dar conta de tudo que tem ao seu redor, casa, família, filhos, trabalho, estudos, dupla ou até mesmo tripla jornada entre outras atividades que a mulher se propõem a dar conta.

Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado, a comparação entre a carga de responsabilidade familiar entre homens e mulheres e seus diferentes impactos na vida pessoal e profissional de pais e mães ainda é bastante desigual. (MADALOZZO E BLOFIELD, 2017, p. 215).

O estudo de Madalozzo e Blofield (2017) reitera nossa constatação de que sobressai às mulheres a responsabilidade pelo cuidado das crianças ainda de forma desproporcional, e, no caso das mães não casadas, pelo sustento da família. Independentemente de as mães trabalharem fora de casa, as obrigações de cuidado são distribuídas de forma desigual entre os pais e isso acaba restringindo a possibilidade de trabalho e ascensão delas, mesmo quando o desejam. Ressalta-se que, nos casos em que as mães trabalham, os pais não parecem se preocupar em alterar seus comportamentos em relação aos cuidados das crianças.

Diante dessa realidade, a busca por construir espaços de diálogo e participação da família requer considerar essas condições objetivas da dinâmica familiar.

A escola não deve desistir de buscar essa parceria (...), é impossível haver aproximação quando só são marcados encontros para falar de problemas. Isso causa antipatia e repulsa. A escola deve buscar na família uma aliada, integrando-a no seu contexto, a fim de fortalecer e buscar melhoria para o ensino público brasileiro, para isso é preciso ter diálogo, parceria, cumplicidade, participação da família. Envolver os familiares na elaboração da proposta pública pedagógica, do Regimento Interno, enfim em todo contexto escolar, pode ser uma das metas para que a escola possa manter esse relacionamento mútuo com a família. (FERREIRA, COUTINHO, SOBRAL, 2018, p. 493-497)

Concomitante a busca de maior proximidade com as famílias, as atividades com o grupo de crianças seguiram. As reuniões tinham como tema central a autoimagem, a importância de ouvir, identidade familiar/sentimento de pertencimento, percepção do outro e sentimentos, jogos educativos, reprodução de comportamento, reproduções sociais entre outros temas. Nos temas abordados foi possível perceber a necessidade de orientação e acolhimento pois sentem na pele a exclusão de alguma forma, seja no ambiente familiar, escolar ou social.

Infelizmente são crianças e adolescentes rotuladas, estigmatizadas como “problemáticas” que já trazem consigo a marca da tristeza, insatisfação, dor e sofrimento. Wieviorka (2002) contribui para a compreensão do peso do estigma, da marca, ao afirmar que:

Numa sociedade que proclama os valores da igualdade e da fraternidade, o estigma que desqualifica os indivíduos em nome de uma identidade cultural ou natural (doença, atributos fenotípicos) é insuportável na precisa medida em que lhes proíbe o acesso inteiro e pleno a esses valores. (WIEVIORKA,2002, p.159)

Portanto toda a sociedade tem responsabilidade perante essas crianças/adolescentes, no sentido de combater esse processo estigmatizador que exclui, classifica, oprime e interfere diretamente no seu desenvolvimento. Conforme o art.4º do Estatuto da Criança e Adolescente, institui que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.(BRASIL, 1990).

Sendo assim somos todos responsáveis por cuidar da saúde tanto mental como física e emocional de nossas crianças e adolescentes, mantendo-as no ambiente escolar, familiar e em sociedade, de maneira acolhedora respeitando-as nas suas particularidades e necessidades.

Foi possível notar que a família também necessita de cuidados, pois encontra-se fragilizada, desamparada. Em alguns casos, quando a família está passando por problemas ou situações complicadas como; violência, desemprego, separação conjugal, falta de afetividade, abandono familiar, entre outros, seus integrantes acabam refletindo de alguma forma a situação vivenciada. Podemos exemplificar através das situações de violência intrafamiliar, sendo que a criança/adolescente reflete na escola os conflitos, seja sendo violento ou agressivo com colegas ou professor/a, ou ficando mais reservado e distantes de todos/as. É evidente que muitas das famílias passam por circunstâncias de difícil solução, sendo imprescindível a retaguarda para além do circuito familiar, seja na escola ou em outro equipamento social. É indispensável que os profissionais da educação estejam sempre se capacitando para lidar com esse tipo de situação, considerando a presença diária da escola na dinâmica familiar. Nessa perspectiva faz-se necessário combater concepções estereotipadas, baseadas no senso comum e no desconhecimento da realidade familiar por parte da escola. Aquino contribui para o debate ao considerar que a dinâmica escolar

não poderá ser pensada apartada da familiar. Em verdade, são elas as duas instituições responsáveis pelo que se denomina educação num sentido amplo. Só que o processo educacional depende da articulação destes dois âmbitos institucionais que não se justapõem. Antes são duas dimensões que, na melhor das hipóteses, complementam-se, articulam-se. (AQUINO,1996, p.46).

Reiteramos assim o combate a responsabilização da família e da escola no processo de socialização e educação das crianças e adolescentes. Há que reiterar que muitas vezes a família também tem sido vítima da desproteção social, demarcada pela pobreza, desemprego, ausência de atendimento de saúde, dificuldades de acessibilidade, entre outros.

A educação se dá por meio do ensinamento dos valores, do desenvolvimento das suas capacidades intelectuais, morais e físicas, para além do processo de letramento, cabe a escola contribuir para o acesso a arte, cultura e saberes já instituídos e formalizados, bem como para a valorização dos saberes populares e tradicionais. Não nos cabe também uma concepção vitimista das famílias. Pelo contrário, cabe a essas responsabilidades no cuidado, atenção e desenvolvimento. Nessa perspectiva, defendemos o enfrentamento de um trato binário e fragmentado no debate sobre os papéis e responsabilidades da escola, família e sociedade. Somos todos e todas responsáveis pela defesa, amparo, acolhimento e cuidado de nossas crianças e adolescentes. Infelizmente na maioria das vezes os contraturnos são direcionados ou priorizados para os/as alunos/as com bom comportamento e boas notas, sendo assim aqueles rotulados como “indisciplinados”, “bagunceiros” ou que tenha algum déficit ainda não diagnosticado, entre outros..., são excluídos, pois não se enquadram nos padrões para poder frequentar o contraturno.

O sistema educacional que faz a exigência aos/as professores/as de números e resultados, sem ter a preocupação de como está sendo aprendido e compreendido ou apenas decorado o conteúdo pelos/as alunos/as. Percebe-se a grande preocupação com o índice do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) não que não seja importante o aumento dos índices, tem que se ter a preocupação de sempre estar melhorando, mas acredita-se que deveriam ter a maior preocupação de como está sendo o aprendizado pelo/a aluno/a, não é porque se tem a progressão do índice que realmente está sendo aprendido integralmente o conteúdo.

O sistema educacional precisa também ter a preocupação com os profissionais que estão à frente das problemáticas, esses profissionais precisam ser mais valorizados principalmente em sua remuneração, é necessário ter plano de cargo e carreira que os estimulem a estar se qualificando, especializando e se atualizando. É preciso também entender

que nem todos os profissionais estão preparados psicologicamente para atender certas situações de dentro e fora de sala de aula, muitas vezes são situações que sobressaem para fora dos muros da escola.

Não existe uma fórmula mágica para se efetivar a relação família/escola, pois, cada família, cada escola vive uma realidade diferente. Igualmente, a interação família/escola se faz necessário para que ambas conheçam suas realidades e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, buscando meios para que se concretize essa parceria, apesar das dificuldades e diversidades que as envolvem. O diálogo promove uma maior aproximação e pode ser o começo de uma grande mudança no relacionamento entre a Família e a Escola. (SOUZA, 2009, p.23)

O Projeto Conviver estimula a efetivação da relação entre o projeto/escola/família, nos encontros familiares é orientado a importância de estabelecer esse vínculo.

Em 2019 o Projeto conviver iniciou suas ações no mês de abril atendendo na Avenida Maringá, nº 259 – Centro, onde localiza-se uma extensão da Secretaria de Educação do Município de Matinhos. As escolas que aderiram este ano o projeto foram 4: Escola Municipal Francisco dos Santos Junior, Escola Municipal Luiz Carlos dos Santos, Escola Municipal Elias Abrahão e Escola Municipal Wallace Tadeus de Mello e Silva. O diferencial do Projeto foi a junção das turmas e a realizações dos encontros na sede que se deu mediante a dificuldade transporte para as técnicas poderem se deslocar até as escolas. Os familiares estão responsáveis pela locomoção das crianças/adolescentes, este fato justifica a baixa adesão ao projeto, mediante os fatos ficou ilimitado a quantidade de alunos por escola, e tem-se a pretensão de abrir o atendimento a todas as escolas e não somente aquelas que fazem constantes encaminhamentos. Apenas dois alunos participantes no ano anterior estão frequentando novamente ao projeto, um sendo caso de reincidência e o outro apego ao projeto, pois ele tem o projeto como base para o enfrentamento de suas dificuldades.

Recentemente foi pedido autorização pela Assistente social da Educação de Alto Alegre-Roraima para reproduzir/utilizar o Projeto Conviver como base na sua atuação profissional, e foi prontamente autorizado a aplicação. O Projeto está participando de duas pleitiações de prêmios, sendo um do Ministério da Saúde e o outro refere-se ao Ibero Americano de Educação em Direitos, o resultado sai até o final do ano de 2019.

A assistente social do projeto avalia que um dos pontos positivos do Projeto Conviver é que ele atende as crianças e adolescentes prioritárias, aquelas que se encontram em situação de risco por se exporem, ou expor a outros a situações de violência. Segundo ela é notório o desenvolvimento deles e o quanto aprendem a lidar com suas dificuldades criando repertórios para tal, é possível perceber também a melhoria nos relacionamentos familiares. Quando essas

crianças/adolescentes são trazidas para perto é desmistificado o estereótipo criado e mantido por muito tempo por parte deles próprios, famílias e escolas. No Projeto foi possível priorizá-los nos atendimentos com especialistas (neuropediatra, psicologia) e realizar os encaminhamentos e orientações necessários para o seu melhor desenvolvimento. O Projeto busca atender de forma efetiva observando sua totalidade e respeitando suas singularidades.

Em contrapartida, segundo a referida profissional um dos pontos negativos é a dificuldades de locomoção, o projeto ficou sendo realizado na sede, o que dificulta para que as famílias tragam essas crianças/ adolescentes para as atividades. Ela relata que o ideal seria um/a assistente social na Escola realizando os trabalhos do Serviço Social e projetos específicos para as demandas da escola. Ressalta que para o Projeto Conviver e outros Projetos sejam efetivos, seria necessário estar onde os/as alunos estão, para que os vínculos sejam fortalecidos e seja alcançado maiores resultados. Outra alternativa para que fosse possível maior adesão seria o Serviço Social ter acesso a transporte exclusivo (carro com motorista), pois é desgastante a busca por carro, e deste modo se perde muito tempo e dificilmente se tem certeza do acesso.

A atuação do Projeto Conviver proporcionou a redução das situações de violência envolvendo estes alunos/as, portanto, não houve encaminhamentos ao Serviço Social, pois a escola conseguiu tomar as devidas providências com as situações que envolvessem violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto relata as dificuldades encontradas no meio escolar frente aos estudantes que apresentam dificuldades na convivência escolar, familiar e comunitária. Os/as alunos/as muitas vezes não conseguem ser compreendidos tanto pelos/as professores/as ou familiares. Na maioria das vezes é evidenciado apenas as situações negativas desses alunos/as, deixando de lado suas qualidades.

Os/as professores/as não possuem suportes necessários para o enfrentamento de questões que envolvem seus alunos/as dentro e fora da escola. É fundamental que os profissionais da educação sejam capacitados para conseguirem desempenhar intervenções a essas demandas, para além do aparente, pelas questões que estão por de trás da “indisciplina”. Se torna essencial que o/a professor/a tenha vínculo com a família, e a família com o/a professor/a, estabelecendo o compromisso de trabalho em conjunto na formação dessas crianças e adolescentes, na orientação sobre seus direitos e deveres e na superação de suas dificuldades, tornando-se apoio e referência à esta criança e adolescente.

A família se encontra fragilizada e não consegue lidar com a situação apresentada no

cotidiano familiar, que muitas vezes são casos de violência, desafeto, separação conjugal, abandono familiar entre outros. É imprescindível o trabalho realizado com a família, até para que a mesma entenda seu espaço, sua realidade, e dificuldades para que haja uma possível superação da situação apresentada, deste modo contando com o apoio da equipe multidisciplinar nessa trajetória.

Nota-se a necessidade de políticas públicas de enfrentamento a essas questões. O Município de Matinhos apresentou um grande avanço ao implantar o Serviço Social na Política de Educação, mas cabe salientar a necessidade da inserção do/a assistente social na escola, a viabilidade de estratégias no cotidiano escolar. Esta inserção proporcionará ao profissional uma relação diária com o/a aluno/a e sua família desta forma criando e fortalecendo vínculos, garantido o direito e a permanência à educação.

O projeto conviver ainda é recente e está se estruturando aos poucos, com alguns acertos e algumas mudanças está se moldando para poder atender cada vez melhor o/a aluno/a e o familiar em parceria com as escolas. Sabemos que a “indisciplina” não será mudada ou moldada da noite para o dia, mas que esse projeto possa ser uma sementinha plantada em cada aluno/a, e que seja a florada em seu futuro a consciência e mudanças de seus atos. Espera-se que Secretaria de Educação avalie a importância deste projeto e seu objetivo, disponibilizando uma forma de acesso/transporte que contemplem os/as alunos/as, principalmente os que residem longe e que tem como meio de transporte a bicicleta, portanto este aluno dificilmente irá participar do projeto por mais que tenha interesse. Da mesma forma, que os próximos profissionais que assumirem a referida pasta, compreendam a importância do projeto, possam dar continuidade e desempenhem inovações e atualizações no mesmo.

Reiteramos a relevância do projeto, na perspectiva de assumirmos coletivamente a responsabilidade pelo acesso ao direito a convivência familiar, escolar e comunitária das crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AMARO, S. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis. Ed. da UFSC.2012. p.19.

AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na Escola: Alternativas teóricas e práticas**. São Paulo. Ed. Summus.3ª Edição. 1996. p.46.

BRASIL.**Lei nº 13.185, de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível

em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em 28/mar/2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 24/mar/2019.

CFESS. SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO. 2001, p.13. Disponível em: [file:///C:/Users/lidiane%20gigi%20beto/OneDrive/lidi%202018/ESPECIALIZAÇÃO%20QU ESTAO%20SOCIAL/material%20para%20o%20artigo/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](file:///C:/Users/lidiane%20gigi%20beto/OneDrive/lidi%202018/ESPECIALIZAÇÃO%20QU ESTAO%20SOCIAL/material%20para%20o%20artigo/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 24/Mar/2019.

COUTINHO, A.A. RIBEIRO, M. dos S. BARRETO, V.B. Serviço Social e Família: Contribuições da Atuação Profissional do Serviço Social para Efetivação da Partição Familiar no Acompanhamento Educativo. In: SILVA, M. M.J da. (org). **Serviço Social Na Educação: Teoria E Prática**. 2 ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 95.

DAMASIO, A. M. **O Projeto Social Como Resposta À Questão Social**. 4º Simpósio Mineiro De Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2016, p. 10. Disponível em:<http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ff/ff4abc60-cd6e-430b-abe1-cc5c5e7120dc.pdf>. Acesso em: 24/mar/2019.

FERREIRA, S.M.B. COUTINHO, M.C.B. SOBRAL, M.S.C. **A Importância da Participação da Família na Educação Escolar**. Id on Line Rev. Mult. Psic. V.12, N. 42, Supl. 1, p. 491-502, 2018 - ISSN 1981-1179. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 20/jun./2019

FRANCO, M. A. C. Serviço Social na Educação: Breves Considerações Sobre a Implementação do PAISE no Instituto Federal Baiano. In SILVA, M. M.J da. (org). **Serviço Social Na Educação: Teoria E Prática**. 2 ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 65.

FRANÇA, L. **Evasão Escolar no Brasil: o Papel do Gestor na Retenção dos Alunos**. (2019). Disponível em: <https://www.somospar.com.br/evasao-escolar-no-brasil/>. Acesso em 09/jun./2019.

MADALOZZO, R.; BLOFIELD, M. **Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família?** Estudos Feministas, v. 25, n. 1, p. 215-240, 2017.

MEDEIROS, K. M. A. CINTRA, S. V. **Os desafios da mulher na contemporaneidade: a conciliação dos papéis atribuídos**. 2011. p. 2. Disponível em: https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/OS_DESAFIOS_DA_MULHER_NA_CONTEMPORANEIDADE.pdf. Acesso em: 14/ abr. /2019.

PRATES, J, C. **Os atendimentos realizados pelo serviço social da secretaria municipal de educação de Matinhos-PR no ano de 2017**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/59210>. Acesso em: 31/mai./2019

SERRA-PINHEIRO, M.A., SCHMITZ, M., MATTOS, P., SOUZA, I. **Transtorno desafiador de oposição: uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico**. 2004. p.273. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbp/v26n4/a13v26n4.pdf. Acesso em: 24/mar/2019.

SOUZA, L. M. R. de. **O Processo De Inserção Do Serviço Social Na Política De Educação No Município De Matinhos – Pr.** Matinhos. UFPR. 2017.p 39 p.49. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/54820>. Acesso: em 24/mar/2019.

SOUZA, M. E. do P. **Família/Escola: A Importância Dessa Relação No Desempenho Escolar.** Santo Antônio da Platina. 2009. p. 23. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>. Acesso em: 12/maio/2019.

WIEVIORKA, Michel. **A diferença.** Lisboa (Portugal). Fenda, 2002, p.131-198.